

# **Grupo psicoeducacional com pais em situação de violência contra filhos: relato de experiência**

Amailson Sandro de Barros<sup>1</sup>, Maria de Fátima Quintal de Freitas<sup>2</sup>

## **Resumo**

Este estudo tem como objetivo apresentar o relato de uma experiência profissional interdisciplinar realizada no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de um município do interior do estado do Paraná, especificamente no atendimento a situações de violência doméstica. Participaram dessa experiência 19 pais, encaminhados ao CREAS para atendimento psicossocial e educacional devido a atos de violência por eles perpetrados contra seus filhos. Foram realizados 10 encontros semanais, cada um com duração de 90 minutos. Os resultados obtidos indicam boa participação dos pais nos grupos, mudanças na interação familiar e redução da violência doméstica.

## **Palavras-chave**

Grupo de Pais. Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes. Grupo Psicoeducacional.

**1.** Doutor em Educação na Universidade Federal do Paraná, professor assistente na Universidade Federal do Mato Grosso, Mato Grosso. E-mail: amailsonbarros@gmail.com.

**2.** Pós-Doutora em Psicologia Comunitária pela Instituição Universitária de Psicologia Aplicada, Lisboa, Portugal e pela Universidade do Porto, Portugal, professora associada da Universidade Federal do Paraná. E-mail: fquintal@terra.com.br.

# **Psychoeducational group of parents involved in violence against children: an experience report**

Amailson Sandro de Barros\*, Maria de Fátima Quintal de Freitas\*\*

## **Abstract**

The aim of the present study is to report on an interdisciplinary professional experience gained at the Social Assistance Specialized Reference Center (CREAS) in a town in the countryside of the State of Paraná, Brazil, more specifically on the handling of cases of domestic violence. Nineteen parents participated in this experiment and were referred to CREAS for educational and psychosocial assistance due to acts of violence against their own children. Ten weekly meetings were held, which lasted 90 minutes each. The results obtained indicate improvement in the lives of the parents, changes in family interaction and reduction of domestic violence.

## **Keywords**

Group of Parents. Domestic Violence Against Children and Adolescents. Psychoeducational Group.

\* PhD in Education, Federal University of Paraná, State of Paraná, Brazil, assistant professor, Federal University of Mato Grosso, State of Mato Grosso, Brazil. E-mail: amailsonbarros@gmail.com.

\*\* Post-Doctoral degree in Community Psychology, Instituição Universitária de Psicologia Aplicada e Universidade do Porto, Portugal; associate professor, Federal University of Paraná, State of Paraná, Brazil. E-mail: fquintal@terra.com.br.

## Introdução

Estudos têm demonstrado que é no núcleo familiar, locus inicial de aprendizagem de relações sociais, que acontecem com maior frequência situações de violência que comprometem direitos fundamentais da criança e do adolescente (MINAYO, 2001; BÉRGAMO; BAZON, 2012). Pesquisas que se debruçam ao estudo da violência infanto-juvenil indicam geralmente que esta é uma forma de comunicação e de relação interpessoal que se estabelece entre os membros de uma família e que, na maioria dos casos, os autores mais comuns dessa violência são os pais, padrastos, mães, madrastas, tios e avós, com destaque para a figura da mãe (SANCHEZ; MINAYO, 2006; BOARATI; SEI; ARRUDA, 2009).

Embora o contexto familiar seja apontado como o lugar onde ocorre a maior incidência de violência contra crianças e adolescentes, as relações agressivas que aí se estabelecem podem ser superadas e trabalhadas a partir de práticas interventivas que visem o restabelecimento e fortalecimento dos vínculos familiares e do modo de enfrentamento da vida cotidiana destas famílias (NEVES; ROMANELLI, 2006; ASSIS et al., 2009) sem cair na naturalização e na culpabilização dos pais.

Entre as estratégias de intervenção, o trabalho com grupos aparece como uma possibilidade de intervir com esses pais, admitindo a possibilidade de mudanças positivas na relação pais e filhos, em favor de um processo de conscientização (FREIRE, 2010) e de transformação social (FREITAS, 2010).

De acordo com alguns estudos, as intervenções em grupo realizadas com pais agressores reduzem comportamentos agressivos, sensibiliza-os sobre suas responsabilidades parentais, possibilitam a formação e a identificação de uma rede de apoio social e afetiva e sinalizam uma melhor compreensão da função protetiva da família (BAZON et al.,

2010; CAMPANA; ANDERY; MARIAN, 2013). Segundo esses autores, o intercâmbio de ideias e de reflexões conjuntas entre os pais se mostra essencial na problematização de saberes e na superação de práticas educativas pouco afetuosas e agressivas que, por vezes, se naturalizaram na dinâmica familiar e ultrapassam gerações. Nesse sentido, pensar a família como uma instituição concreta é fundamental para o processo de socialização e desenvolvimento humano, em seu aspecto físico, cognitivo, emocional e sociocultural.

Há, ainda, de se considerar que a família transmite valores, normas e princípios que reproduzem e estabelecem a ordem e os interesses sociais, bem como atua sobre a saúde mental de seus membros. Além disso, o uso de castigos físicos revela não só aspectos processuais de uma convivência familiar marcada por conflitos e pela contradição, mas aponta também sua função na manutenção e na reprodução das relações sociais expressas em uma sociedade que reduz as relações entre os homens à condição de objetos, cuja objetualização se expressa também a partir de tratamentos abusivos (LANE, 2002; MARTIN-BARÓ, 2003).

O uso da violência contra crianças e adolescentes busca legitimar, ao longo da história, a relação de poder assimétrica dos pais (adultos) sobre os filhos (crianças), baseada em autoritarismo, submissão e opressão, de forma que muitas vezes seu uso seja atribuído ao discurso de uma prática educativa e corretiva. Difunde-se, assim, e muitas vezes com o respaldo da sociedade, a violência como estratégia utilizada pelos adultos para educar, regular e normatizar as crianças e adolescentes para deles obter o respeito. Aos filhos, por sua vez, cabe moldarem-se à subalternidade e àquilo que lhes é esperado socialmente. É assim que, ao longo dos anos, pais e filhos vão se formando e justificando suas práticas.

Ao atribuir-lhe uma justificativa e um objetivo educacional, a ideologia que subjaz nos atos de violência é distorcida e a gravidade do ato fica camuflada, tornando imperceptível, na vida cotidiana, outros elementos constitutivos dessa ação, como seu caráter histórico-contextual e o caráter pessoal de quem a pratica e de quem a recebe, operando na construção de significados e sentidos (MARTÍN-BARÓ, 2003) e aparecendo na superfície dos fatos como algo que é merecido pela vítima. A superação da violência doméstica depende de um posicionamento crítico dos pais em relação ao seu uso como estratégia educativa e punitiva.

Em consonância com os argumentos apresentados, o presente artigo descreve uma experiência de atendimento psicossocial e educacional realizada com dois grupos de pais atendidos em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), de um município do interior do estado do Paraná.

As atividades reflexivas desenvolvidas a partir do trabalho em grupo com os pais tiveram como objetivo proporcionar formas de enfrentamento das situações de violência contra crianças e adolescentes, oportunizar a interação entre os pais e a formação de uma rede social de apoio entre eles.

### **A proposta de trabalho com pais em situação de violência contra filhos**

O trabalho partiu da perspectiva da psicologia social comunitária e da educação popular freireana, entendendo que uma intervenção psicossocial e educacional, em contextos de violência doméstica, não deve partir do entendimento de que o processo de intervenção é o resultado exclusivo da ação dos profissionais sobre os participantes dos grupos de pais, de forma a impor seu saber fazer e pensar, mas sim um processo coletivo, uma ação compartilhada que se estabelece na relação entre o público-alvo e os profissionais (FREITAS,

2010, 2014; FREIRE, 2010; MONTERO, 2010). Como processo, a intervenção psicossocial e educacional não é uma atividade solitária. Ela implica relações concretas com os outros. Decorre dessa observação que o trabalho com grupos não é realizado no vácuo da participação profissionais-população e/ou no isolamento dos profissionais com a comunidade, ou com os usuários dos equipamentos sociais, em que eles prestam seus serviços.

Nessa medida, a prática adotada para o atendimento em grupo rompe com o pragmatismo de intervenções que carregam em seu bojo o normativismo e o dogmatismo de dar explicações universalizantes, quando não moralizantes e psicologizantes às problemáticas da vida cotidiana, em uma tentativa de emoldurar os sujeitos da intervenção e suas relações (FREITAS, 2014).

Enfatizando o caráter libertador, o processo de conscientização e a possibilidade ontológica do indivíduo em “ser-mais” humano (FREIRE, 2010), a intervenção em grupo desenvolvida com os pais pautou-se em um *continuum* ação-reflexão-ação, processo que por excelência é entendido como dialógico e transformador das pessoas e da realidade.

Acreditamos que a intervenção em grupo oportuniza que novos significados sejam dados às experiências de cada participante do grupo, pois conhecimentos são compartilhados e busca-se estabelecer apoio social e afetivo entre os participantes, com o intuito de fortalecer os vínculos e colaborar para a superação das problemáticas enfrentadas pelo grupo ou comunidade.

Assumir essa perspectiva torna-se fundamental, visto que para a psicologia social comunitária e a educação popular as relações concretas cotidianas oferecem possibilidades de educar e politizar todos os envolvidos na proposta de intervenção. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido não se limita à troca de informações, mas se constitui como possibilidade

de enfrentamento da violência doméstica e de transformação das relações afetivas entre pais e filhos, de modo a fortalecer os vínculos familiares e sociais e possibilitar relações mais solidárias e afetuosas.

## **Metodologia**

A experiência trata-se de um relato de intervenção psicossocial e educacional, na modalidade Grupo de Pais, realizada no âmbito do CREAS de um município do estado do Paraná. A condução dessa intervenção foi, especificamente, coordenada pela equipe técnica de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e de Medidas Socioeducativas.

Os encontros ocorreram no CREAS, no período noturno, em uma sala para atividades em grupo. Os participantes dessa intervenção foram pais, mães, madrastas e padrastos, que apresentavam dificuldades de se ausentar de seus locais de trabalho para comparecerem aos atendimentos diurnos ofertados pelo CREAS em suas instalações. Este texto sistematiza a proposta de intervenção Grupo de Pais, tendo como pano de fundo dois momentos distintos de sua realização.

Participaram desses dois momentos 19 sujeitos, divididos em dois grupos, denominados de grupo A (10 participantes) e grupo B (9 participantes). Cada grupo se reuniu em dia específico da semana. No total, foram realizados 10 encontros semanais, com duração de uma hora e trinta minutos cada.

Para inclusão dos participantes nos grupos<sup>3</sup> adotaram-se os seguintes critérios: pais maiores de 18 anos sem histórico de qualquer tipo de transtorno mental e de acompanhamento psiquiátrico; casos de violência física, psicológica e negligência; ter sido a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes perpetrada por um dos seus principais cuidadores, ou

seja, pai, mãe, padrasto e/ou madrasta.

A equipe técnica responsável pela condução dos grupos foi formada por um psicólogo, uma psicóloga, uma pedagoga e uma assistente social.

## **Discussão dos encontros**

### **O início do processo**

Os grupos foram formados a partir dos encaminhamentos das famílias pelo Conselho Tutelar ao CREAS, devido à situação de violência de pais contra filhos, e com indicação de acompanhamento psicossocial dos pais. Após receber os encaminhamentos do Conselho Tutelar, a equipe técnica entrou em contato com as famílias *in loco* com o objetivo de compreender o ambiente familiar e comunitário no qual estavam inseridas, bem como apresentar os serviços do CREAS e estabelecer vínculo entre elas e a equipe. Durante o processo de atendimento das famílias no CREAS, a equipe técnica realizou encontros domiciliares com as famílias como estratégia de acompanhamento mais individualizado dos casos.

Após o primeiro contato domiciliar dos técnicos com as famílias, elas foram convidadas a participar dos atendimentos e das atividades ofertadas pelo CREAS, principalmente dos encontros de um dos grupos de pais. Posteriormente à realização do cadastro psicossocial da família na unidade do CREAS, foi feito o encaminhamento dos interessados em participar dos grupos de pais.

### **Sobre a intervenção**

O trabalho com os grupos de pais pautou-se nas premissas de uma intervenção reflexiva, dialógica e participativa, que ultrapassasse o mero ensino e a mera aprendizagem de

**3.** Para garantir o anonimato e sigilo, adotamos nomes fictícios para nos referirmos aos participantes dos grupos.

comportamentos considerados satisfatórios para lidar com os conflitos familiares e com a educação dos filhos. Primou-se em propiciar aos pais participação ativa e possibilidades de questionamentos da realidade vivenciada enquanto famílias e cidadãos.

Os encontros dos grupos foram planejados a partir da demanda dos pais e dos apontamentos realizados pela equipe técnica do CREAS durante a coordenação dos trabalhos com as famílias, em um processo dialógico e de trocas de experiências. Cada grupo apresentou particularidades de assuntos trabalhados, mas verificaram-se temáticas pertinentes aos dois grupos que aqui foram sintetizadas e alocadas didaticamente para compreensão do processo.

Os encontros foram organizados respeitando a seguinte estrutura (AFONSO, 2006):

- a. Acolhimento e aquecimento e/ou relaxamento. Momento inicial do grupo em que os pais são acolhidos pela equipe técnica antes de iniciar as atividades propostas para o encontro, de forma a deixá-los à vontade e favorecer a socialização entre os participantes. Como forma de preparar o grupo para as atividades do dia, a equipe técnica realizava com os pais algum aquecimento ou relaxamento corporal.
- b. Momento de discussão da temática e de realização das atividades propostas.
- c. Sistematização e avaliação das atividades com o objetivo de proporcionar reflexões sobre o trabalho realizado pelo grupo e proporcionar encaminhamentos para o encontro seguinte.

## **Apresentação e discussão dos encontros**

### *Etapa I – Estabelecimento de vínculo entre os participantes e formação do grupo (Encontros 1 a 3)*

Nestes três encontros, foram acolhidas as expectativas dos pais em relação ao grupo, as possíveis dificuldades para participar dos trabalhos e os temas de interesse para as reflexões.

No primeiro encontro, pais e profissionais se apresentaram, discutiram questões relacionadas ao sigilo e a não obrigatoriedade de participação dos pais nos grupos, sem prejuízo ao atendimento da família pelo CREAS. Nesse encontro, foram levantados com os participantes os possíveis temas que norteariam o trabalho em grupo.

Os participantes manifestaram interesse pela discussão de situações de conflito entre pais e filhos, desenvolvimento infanto-juvenil e sexualidade, Estatuto da Criança e do Adolescente, uso e abuso de substâncias psicoativas e estratégias de educação sem o uso de violência.

No segundo encontro, os pais assistiram ao filme de animação intitulado *Era uma vez uma família*, disponível no Youtube. O conteúdo dessa animação apresentou o cotidiano de uma família, na qual os pais se utilizam da violência física, psicológica e verbal para educar seus filhos. A equipe observou que a partir dessa exibição os participantes relataram suas vivências de infância e a maneira como foram educados pelos seus genitores e/ou responsáveis. Foi possível verificar que, em muitos casos, a violência doméstica é uma dinâmica naturalizada e banalizada pelos participantes, sendo sua prática passada de geração para geração. Essa

constatação corrobora com a literatura que aponta a multigeracionalidade da violência doméstica (ABRANCHES; ASSIS, 2011) como sendo um dos fatores para a sua manutenção.

As agressões físicas e verbais praticadas contra os filhos foram justificadas pelos participantes como uma estratégia de educação, correção e meio de controle dos pais sobre os filhos. Essas considerações direcionaram a reflexões sobre as possíveis consequências da violência intrafamiliar para o desenvolvimento emocional, físico e cognitivo das crianças e dos adolescentes.

A exemplo do uso da violência física e verbal, o trabalho infantil foi considerado inicialmente pelos participantes como uma atividade que colabora na educação dos filhos. O caráter moralizante do trabalho apareceu nos dois grupos e sua adoção foi justificada pela possibilidade de retirar crianças e adolescentes das ruas, da “vadiagem” e “de se envolver em coisas erradas”. Os pais puderam refletir sobre a importância da categoria trabalho para a constituição do ser humano e diferenciar situações de abuso da força de trabalho infanto-juvenil de situações de colaboração e participação dos filhos nos afazeres domésticos, sem que isso acarrete prejuízos ao seu desenvolvimento psicossocial, cognitivo e físico.

Esse tema proporcionou reflexões sobre a implantação e efetividade do Estatuto da Criança e do Adolescente e desmistificou a ideia que muitos pais têm de que crianças e adolescentes não podem mais ajudar nos afazeres domésticos, por conta de uma possível penalidade judicial aos pais. A distinção entre abuso e atividade educativa, proporcionada pelos afazeres domésticos corriqueiros, permitiram a diferenciação entre aquilo que pode ou não ser considerado exploração de trabalho infantil, a depender da intensidade da tarefa e das condições físicas, cognitivas e emocionais da criança para executá-la.

No terceiro encontro, ocorreu a

continuidade das reflexões do encontro anterior. Como atividade de socialização e de acolhimento, realizou-se no início do encontro a vivência do espelho. Essa atividade consistiu em levar individualmente cada participante até um espaço reservado, previamente preparado pela equipe técnica do CREAS, onde era possível o participante sentir-se acolhido e protegido. Nesse espaço, foi colocado um espelho grande que possibilitava o reflexo do corpo inteiro de quem se posicionasse diante dele. Ao se depararem com o espelho, cada participante era incentivado a olhar o que ele refletia e buscar semelhanças entre a imagem refletida no espelho e os filhos. Essa prática teve como proposta promover uma reflexão entre os participantes das posições que ocupam como pais, podendo olhar para si e para os filhos. Foi possível observar que diante do espelho muitos participantes choraram e outros cobriram o rosto com as mãos. Diante dessas situações, o apoio profissional foi fundamental para os participantes lidarem com suas emoções e seus sentimentos, em um contexto grupal compreensivo e acolhedor.

Durante a realização de todos os encontros, houve por parte da equipe técnica a preocupação em proporcionar um processo em grupo seguro e afetivo. Após a realização dessa atividade, os participantes discutiram coletivamente aquilo que sentiram diante do espelho, os significados e os sentidos da atividade para cada um deles.

Eu vi ódio, querendo se cortar com a gilete. [referindo-se ao comportamento de automutilação da filha]. (Amélia)

Eu vi minha filha chorando, comendo unhas. Nunca vou ser feliz! (Cecília)

Ela não tem minha fisionomia. Quando estou brava com o pai dela, desconto nela. Ela diz que não tem culpa. Eu não dou atenção para ela. (Alda)

A partir das verbalizações dos

participantes, problematizou-se a relação pais e filhos como espaço concreto e subjetivo, com foco na discussão sobre as marcas dolorosas causadas na família tanto pela violência física quanto pela carência afetiva.

Os relatos dos participantes revelaram condições necessárias para o trabalho com pais autores de violência contra os filhos:

- a. Considerar os aspectos afetivos e emocionais dos participantes, resgatando fatos da vida cotidiana da família e seus sentimentos;
- b. Reconhecer a história de vitimização dos participantes;
- c. Respeitar o participante em seu processo grupal;
- d. Prevenir casos de violência doméstica.

#### *Etapa II – Fortalecimento da rede de apoio e práticas de resolução de conflitos (Encontros 4 a 7)*

A partir do quarto encontro, questões referentes à resolução de conflitos familiares tornaram-se focos de reflexão nos grupos. Ao longo desses encontros, os participantes compartilharam suas histórias e suas vivências de violência doméstica.

Como estratégia para iniciar essas reflexões, utilizaram-se jogos dramáticos, por exemplo, improvisação teatral com os participantes sobre um conflito cotidiano enfrentado na família. Antes de iniciar a improvisação, realizou-se com os pais uma sessão de aquecimento vocal e alongamento corporal. Na sequência, os participantes foram divididos em quatro subgrupos. Cada subgrupo encenou um conflito ou problema familiar, seguido de sua solução. Após a apresentação dos subgrupos, o grande grupo refletiu sobre

as cenas, seus encaminhamentos e as outras possíveis soluções para os conflitos apresentados.

Os conflitos encenados giraram em torno de dificuldades de relacionamento entre pais e filhos adolescentes, sexualidade dos filhos, dificuldades financeiras da família e seus impactos no relacionamento afetivo e sexual dos pais, uso e abuso de substâncias psicoativas pelos filhos adolescentes, furtos e violência doméstica contra a mulher e o idoso.

Em todas as improvisações, a resolução dos conflitos ocorreu pelo uso do diálogo. No coletivo, os pais valorizaram o diálogo e as redes de apoio familiar e social para a constituição e consolidação de vínculos afetivos e sociais não violentos, o que aponta para uma possível conscientização na prevenção e na superação do uso da violência e ressignificação de experiências. Apoio social e afetivo emergiram nas considerações e reflexões dos participantes, tornando-se temas para os encontros 5 e 6.

No quinto encontro, os pais mapearam as redes de apoio que poderiam ser acionadas pelas famílias com o objetivo de auxiliá-las a resolver as situações apresentadas nas encenações do encontro anterior. O encontro teve como foco as redes socioassistenciais e de saúde e abriu discussão sobre políticas públicas em relação ao enfrentamento e ao combate do uso de drogas, em específico do uso de crack; políticas de proteção à infância e à adolescência; e políticas de proteção à mulher e ao idoso, vítimas de violência doméstica.

A importância do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para o enfrentamento da violência doméstica também foi enfatizada e refletiu-se sobre o compromisso de formação de redes de solidariedade e cooperação entre as pessoas e as instituições.

No sexto encontro, os pais realizaram uma atividade de colagem que resultou em um cartaz que representava a família de cada participante. Para execução dessa tarefa foram disponibilizados tesouras, revistas, cartolinas,



canetinhas hidrocor, colas, lápis de cor e canetas coloridas. Após todos os participantes finalizarem os cartazes, o grupo se posicionou em círculo para discutir sobre eles. Os participantes observaram que seus cartazes retrataram uma família feliz e expuseram a diferença entre a família pensada (representada no cartaz) e a família vivida (real) por eles.

As reflexões sobre o conceito de família e sua função social foram apontadas inicialmente pelos participantes em seu caráter natural e tradicional (pai, mãe e filhos), sendo posteriormente relacionadas a concepções ideológicas (patriarcal e privada) e vista em seu caráter fundamental de socialização.

Essa atividade possibilitou também a expressão das dificuldades vividas pelas famílias dos participantes. Os pais relataram situações como vícios em jogos de baralho, uso abusivo de álcool, submissão feminina, descrédito nas leis (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso) e nos serviços públicos de saúde e de assistência social, principalmente no que se refere ao tratamento e à prevenção do uso de álcool e de substâncias psicoativas. O tema sexualidade infanto-juvenil emergiu durante a reflexão da atividade e foi considerado proposta de discussão para o encontro seguinte.

No sétimo encontro foi trabalhado o tema desenvolvimento humano e sexualidade. Como atividade de aquecimento foi realizada uma brincadeira infantil chamada “lenço atrás da porta”. A partir desse aquecimento, os participantes lembraram outras brincadeiras infantis e contaram como suas infâncias foram vivenciadas. Alguns relataram o ingresso precoce no mundo do trabalho e que por isso não viveram a infância como gostariam. A fase da adolescência também foi lembrada pelos participantes e percebeu-se que para muitos ela foi considerada inexistente.

Os participantes relataram diferenças entre a criança e o adolescente nos tempos atuais, em comparação com o que era ser criança

e adolescente há pouco mais de 30 e 40 anos. Na opinião deles, as crianças e os adolescentes de hoje “estão mais rebeldes e mais espertas”.

A partir do conhecimento dos participantes sobre o que é ser criança e adolescente, foi possível refletir a construção social e histórica da infância e da adolescência, do ser menino e do ser menina e, assim, abordar o tema da sexualidade, pontuando diferenças biológicas, de gênero e históricas, de forma a superar concepções deterministas, preconceituosas e biológicas sobre o fenômeno. Refletiu-se também que a sexualidade é uma questão multideterminada, que se expressa nas relações sociais e que sua definição está relacionada a condições concretas e ao momento histórico vivido pela humanidade. Sendo, portanto, um processo histórico e simbólico.

### *Etapa III – Construção do plano familiar e encaminhamentos (Encontros 8 a 10)*

Nos encontros 8 e 9, o objetivo foi a realização do plano familiar e encaminhamentos das famílias para outros equipamentos da assistência social e da saúde.

Para elaboração inicial do plano familiar, os participantes elencaram as principais potencialidades da família para a superação da violência doméstica vivenciada e refletiram os pontos positivos e as qualidades das pessoas que formam o seu núcleo familiar. Depois, listaram as principais vulnerabilidades que causam fragilidades e submetem a família a situações de risco pessoal e social.

Ao elaborarem o plano familiar, os participantes apontaram a educação formal como uma das possibilidades para a melhoria da convivência e do cuidado familiar, bem como destacaram a importância da educação e da cultura como meios de perpetuação e superação da violência doméstica. Ademais, revelaram que uma boa educação vai além do contexto familiar, pois envolve boas condições

de ensino escolar e a garantia de acesso dos filhos a escolas públicas e ao ensino superior de qualidade. Na opinião dos participantes, a educação escolar e universitária dos filhos foi defendida como possibilidade de melhores oportunidades de trabalho e ganhos financeiros. O acesso de todos a uma boa educação foi amplamente defendida pelos participantes.

A relação educação e trabalho, defendida pelos participantes dos grupos de pais, foi voltada ao imediatismo da prática do trabalho e ajuste dos indivíduos aos pré-requisitos exigidos pelo mercado.

A elaboração do plano familiar possibilitou que os pais apontassem questões estruturais das comunidades às quais pertenciam e que impactavam no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A falta de áreas de lazer nos bairros, como praças e quadra de esporte para os filhos se divertirem, e as dificuldades de acesso a eventos culturais, como teatro, dança e cinema, foram citadas pelos pais.

Lá onde eu moro não tem uma quadra de esporte e um parquinho de diversões para as crianças brincarem. (Juliana).

Você não tem onde sair para se divertir com eles. Como que você vai ao cinema. Nem tem mais. E o dinheiro? Não dá, né? (Pedro).

Ela queria aprender a dançar, mas não tenho como pagar a aula para ela. (Ivone).

Um dos aspectos mais abordados nos Grupos de Pais foi a vulnerabilidade social das famílias decorrente do acesso precário ou nulo a serviços e espaços públicos de lazer e cultura e as dificuldades financeiras, o que acabam contribuindo para a fragilização de vínculos afetivos e relacionais na família e na comunidade.

A partir do plano familiar todos os participantes foram encaminhados aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários realizados nos Centros de Referência de Assistência Social

(CRAS) e outros foram aos serviços de saúde, como o Centro de Atenção Psicossocial em Saúde Mental e Estratégia Saúde da Família.

No décimo encontro ocorreu o encerramento dos grupos com a realização de um jantar para todos os participantes e seus filhos. Durante o jantar, alguns pais realizaram apresentações artísticas, como música e dança.

### **Algumas considerações**

A oferta de grupo de pais em situação de violência doméstica perpetrada por eles contra seus filhos mostrou-se um trabalho necessário e com possibilidades efetivas de superação, promoção e prevenção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. O cuidado em oferecer um espaço de identificação, acolhimento e formação de rede de apoio entre os participantes favoreceu a reflexão de estratégias não violentas para lidar com os conflitos familiares.

As trocas e os vínculos formados durante o processo em grupo demonstraram um cuidado entre os participantes que, em muitas situações, se emocionaram com o discurso do outro. Além dessas demonstrações de afeto, os participantes estavam disponíveis para acolher os sentimentos de pessoas que se encontravam em situação semelhante as suas. Nesse sentido, o grupo também teve seu caráter terapêutico e contribuiu para que os pais pudessem refletir sobre sua condição e a condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

A adesão dos pais aos encontros realizados no período noturno foi outro aspecto relevante desta experiência. Com a oferta de grupos no período noturno foi possível prestar atendimentos psicossociais aos pais com dificuldades de conciliar o horário de seus trabalhos com o horário de atendimento do CREAS, no período diurno, sem que esses colocassem em risco o próprio trabalho e emprego, o que também aponta

para a possibilidade de flexibilizar o horário de atendimento desse equipamento social como forma de melhor atender às demandas por atendimentos dos pais trabalhadores. Essa questão por si só mereceria uma reflexão mais detalhada, pois sinaliza para o fato de um sistema socioassistencial pensado e estruturado, sem considerar a singularidade de uma parcela significativa da população brasileira.

Outra questão que merece destaque foi o fato de que a realização dos grupos com os pais agressores possibilitou o trabalho multiprofissional de forma mais efetiva no CREAS, pois demandou discussões de casos com maior frequência de supervisão e encaminhamentos conjuntos dos casos atendidos. Ao longo das atividades dos grupos, foram realizadas reuniões de equipe para estudo de casos, momentos que foram importantes para troca de informações, reavaliação e planejamento

das atividades do grupo e do CREAS.

A importância do diálogo e do reconhecimento das potencialidades de cada participante e da comunidade no enfrentamento das questões relacionadas à violência doméstica contra crianças e adolescentes se torna um aspecto relevante quando se considera e se avalia a relevância da realização deste trabalho em grupo.

Os resultados observados oferecem alguns indicativos de redução do uso da violência no contexto familiar dos pais que participaram dos grupos, o que leva a crer na efetividade deste trabalho para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes e na exploração do tema por outros estudos longitudinais. São necessários novos estudos com o objetivo de avaliar o modelo adotado para, a partir dessa avaliação, subsidiar refinamentos e permitir um trabalho mais gradual.

## Referências

ABRANCHES, C. D. de; ASSIS, S. G. de. A (in) visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 5, p. 843-854, maio 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2011000500003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2011000500003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2015.

AFONSO, M. L. M. (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ASSIS, S. G. et al. Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 349-361, mar./abr. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000200002)>. Acesso em: 8 de out. 2015.

BAZON, M. R. et al. Negligência infantil: estudo comparativo do nível socioeconômico, estresse parental e apoio social. **Temas Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 71-84, 2010. . Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2010000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 3 dez. 2015.

BÉRGAMO, L. P. D.; BAZON, M. R. Abuso físico infantil: avaliando fatores de risco psicológicos em cuidadores notificados. **Psicologia e Reflexão Crítica**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 256-264, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722012000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 out. 2015.

BOARATI, M. C. B.; SEI, M. B.; ARRUDA, S. L. S. Abuso sexual na infância: a vivência em um ambulatório de psicoterapia de crianças. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 426-433, 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822009000300008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822009000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 10 nov. 2015.

CAMPANA, N. T. C.; ANDERY, M. C. R.; MARIAN, I. da S. K. Família, violência e o trabalho na rede: possibilidades e desafios. **Estilos Clínicos**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 166-179, jan./abr. 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S14151282013000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14151282013000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 2 jan. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREITAS, M. de F. Q. Tensões na relação comunidade-profissional: implicações para os processos de conscientização e participação comunitária. In: LACERDA JR, F.; GUZZO, R. S. L. (Org.). **Psicologia e Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas, SP: Alínea, 2010. p. 83-98.

\_\_\_\_\_. Psicologia social comunitária como politização da vida cotidiana: desafios à prática em comunidade. In: STELLA, C. (Org.). **Psicologia Comunitária: contribuições e experiências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 65-85.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social?** 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MARTIN-BARÓ, I. Las raíces estructurales de la violencia. In: MARTIN-BARÓ, I. **Poder, Ideología y violencia**. Madrid: Trotta, 2003. p. 65-181.

MINAYO, M C de S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira Materno Infantil de Recife**, Recife, v. 1, n. 2, p. 91-112, maio/ago. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292001000200002&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292001000200002&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 10 nov. 2015.

MONTERO, M. A tensão entre o fortalecimento e as influências alienadoras no trabalho psicossocial comunitário e político. In: LACERDA JR, F.; GUZZO, R. S. L. (Org.). **Psicologia e Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social**. Campinas-SP: Alínea, 2010. p. 65-82.

NEVES, A. S; ROMANELLI, G. A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 299-306, set. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2006000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2006000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 jan. 2016.

SANCHEZ, R. N.; MINAYO, M. C. de S. Violência contra crianças e adolescentes: questão histórica, social e de saúde. In: **Violência faz mal a saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 29-38.

Submetido em 27 de março de 2016.

Aprovado em 5 de junho de 2016.